

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR

Ref.: LICITAÇÃO PÚBLICA Nº 01/2021 – RPP - PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16.984.959-5 (d)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE COMPANHIA SEGURADORA PARA FORMALIZAÇÃO DE SEGURO HABITACIONAL, ATRAVÉS DE APÓLICE DE MERCADO SH/AM ESPECÍFICA DOS RAMOS 61 E 65

ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A., sociedade empresária inscrita no CNPJ sob nº 17.197.385/0001-21, com sede na cidade de Belo Horizonte/MG, na Avenida Getúlio Vargas, 1420, 5º e 6º andares, por seus representantes infra-assinados, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea “a”, do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8666/93, à presença de Vossa Senhoria, a fim de interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO,

contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que desclassificou a licitante **ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A.**, apresentando no articulado as razões de sua irresignação.

1 - DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

O presente Recurso Administrativo é plenamente tempestivo, uma vez que a intimação da Decisão Administrativa ora atacada, se deu em 29/01/2021, com 3 dias uteis, vencendo o prazo final no dia 03/02/2021.

2 - DOS FATOS

Acudindo ao chamamento dessa Instituição para o certame licitacional supramencionado, a recorrente e outras licitantes, dele vieram participar.

Sucede que, após a análise da documentação apresentada pelos licitantes, o Pregoeiro culminou por julgar desclassificada a empresa **ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A.**, alegando na ATA Nº 010/DELI/2021, ANEXO II – IV – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA, que o índice de liquidez corrente da empresa recorrente é inferior à 1%.

3 - DAS RAZÕES DA REFORMA

De acordo com o ANEXO II – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO – LICITAÇÃO PELO RITO PROCEDIMENTAL SIMILAR AO DA MODALIDADE PREGÃO, NA SUA FORMA

PRESENCIAL, inciso IV - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICOFINANCEIRA, letra c) Prova de Capacitação Financeira: Deverão ser apresentados os seguintes índices, obtidos através da análise do Balanço Patrimonial com a aplicação das seguintes fórmulas, item 2 - Índice de Liquidez Corrente (ILC), do Edital da licitação em apreço, foi estabelecido que a empresa deverá apresentar capacidade em pagar suas dívidas de curto prazo (passivo circulante) com os recursos de curto prazo (ativo circulante):

$ILC = \text{Ativo Circulante (AC)} / \text{Passivo Circulante (PC)}$, devendo ser maior ou igual a 1

Conforme é possível verificar por meio da documentação apresentada pela recorrente no certame e também anexa a este recurso **o índice de liquidez corrente aplicado às Seguradoras é de 1,09:**

Liquidez Corrente - LC - Aplicado às Seguradoras(*)		3.209.756
Ativo Circulante	=	3.151.079
Passivo Circulante	=	2.902.793
		= 1,09

Ocorre que o Sr. Pregoeiro, avaliou o índice de liquidez corrente aplicado aos demais ramos empresariais, e não ao índice aplicado às empresas seguradoras.

As Demonstrações Contábeis apresentadas pela Recorrente, expressa a boa situação financeira, e se for o caso, cabendo ao Contador da Licitante atestar o efetuar esses cálculos demonstrados.

É sabido de todos que as seguradoras são empresas reguladas pela Superintendência de Seguros Privados, e dentre suas fiscalizações, temos a análise de liquidez das seguradoras, sendo certo que nenhuma poderá comercializar seus produtos de seguros se não houver liquidez suficiente para pagar suas dívidas a curto prazo.

4 - DA NECESSIDADE DE APRESENTAR OS ÍNDICES

Adiante vejamos o que estabelece o artigo 31 da Lei 8.666/93, que dispõe os documentos que podem ser cobrados quando da fase de habilitação:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

III - garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no "caput" e é 10 do art. 56 da Lei 8.666/93, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.

§1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade.

§2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital o mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no §1º do art. 56 da Lei 8.666/93, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

§3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

§4º Poderá ser exigida, ainda, a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada está em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação.

§5º A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação. ”

Como transcrito acima, o artigo 31 da Lei de Licitações permite que sejam previstos no edital, índices contábeis aptos a demonstrarem a boa situação financeira da empresa licitante.

A boa situação financeira deve ser comprovada através das demonstrações contábeis, das quais se extrai as análises financeiras e de liquidez e a recorrente apresentou os índices exigidos pelo edital, não devendo ser desclassificada.

A ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A, cumpriu de forma integral todos os quesitos do Edital e principalmente aqueles relacionados com o objeto da licitação, inclusive comprovando a boa situação financeira com índice acima de 1%.

Portanto, a decisão não foi legítima, motivo pelo qual a Administração não pode simplesmente desclassificar a recorrente e deverá reconsiderar sua r. decisão e incluir a recorrente no certame ou incorreria em favorecimento a esta em prejuízo as demais licitantes.

5 - DO PEDIDO

Diante do exposto, requer a essa respeitável Comissão de Licitação que se digne em reformar a decisão proferida, mais precisamente que julgou como desclassificada no presente certame a empresa seguradora **ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A**, visto que a habilitação da mesma é imprescindível para a validade do presente procedimento licitatório concorrencial, vez que, conforme demonstrado, cumpriu totalmente todas as exigências reguladas no referido instrumento convocatório no que diz respeito ao objeto do certame.

Requer, ainda, reconhecendo-se a ilegalidade da decisão hostilizada, como de rigor, admita-se a participação da Recorrente na fase seguinte da licitação, já que se encontra devidamente habilitada, máxime no que diz respeito à abertura de sua proposta técnica e de preço juntamente com a dos outros licitantes participantes.

Assim se decidindo, além de se dar devida proteção ao direito líquido e certo da Recorrente, estar-se-á praticando relevante tributo à moralização das ações Administrativas Públicas, já que há uma ligação necessária entre a legalidade e a moralidade.

Outrossim, lastreada nas razões aqui expostas, se requer que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada de isso não ocorrer, faça este subir, devidamente informados, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº. 8.666/93.

Por fim, a Recorrente aguarda serenamente que as razões ora invocadas sejam detidas e criteriosamente analisadas, e ao final, seja dado provimento ao recurso para o fim de declarar a Recorrente habilitada no Edital

Nestes Termos

P. Deferimento

São Paulo, 03 de janeiro de 2021.

ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A.